

Dilemas Éticos na Produção Jornalística

Prof. Dr. Sebastião Geraldo¹

Resumo: Ética entendida como ciência da moral, nos permite refletir sobre o comportamento humano em qualquer tempo e lugar. Este texto propõe uma reflexão sobre as ações morais no campo da atividade jornalística. Levanta alguns dilemas éticos recorrentes no processo de produção jornalística, retoma alguns temas polêmicos e casos marcantes na história recente do jornalismo brasileiro.

Palavras chave: ética e imprensa; ética; produção jornalística.

INTRODUÇÃO

A responsabilidade moral confronta o homem no dia a dia com dilemas éticos que o conduzem a refletir sobre que decisão tomar em situações diversas, algumas corriqueiras, outras de grande repercussão na vida de outras pessoas, organizações, comunidades, nações: o que devo fazer agora? Como devo agir em tal situação e se a situação fosse diferente, como deveria agir? O que vão pensar de mim? Como devo agir para que pensem de mim de maneira tal?

As escolhas que fazemos podem resultar em uma ação positiva ou negativa aos olhos do outro e/ou de nós mesmos. As circunstâncias, muitas vezes, podem nos levar a cometer um ato que contraria a nossa vontade porque não tínhamos a intenção de fazê-lo, não tivemos liberdade de escolha, nos submetemos à decisão de outro. Isso significa que nem sempre somos responsáveis imediatos pelos nossos atos.

Sánchez Vázquez, ao tratar da essência do ato moral nos remete a um fato que considera importantíssimo: a responsabilidade. Para o autor, é possível falar em comportamento moral somente quando o sujeito é responsável pelos seus atos, o que significa dizer que se deve levar em conta “o pressuposto de que pode fazer o que queria fazer, ou seja, de que pode escolher entre duas ou mais alternativas e agir de acordo com a decisão tomada” (2011, p.18). O autor considera a liberdade de escolha inseparável da responsabilidade do sujeito no ato moral.

Tradicionalmente, porém, ética é entendida como uma reflexão ou estudo sobre as ações humanas ou sobre os costumes. Para Sánchez Vázquez (2011, p.23), “ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Ou seja, é a ciência de uma

¹ Mestre e Doutor em Ciências da Comunicação pela ECA-USP. Professor de Ética e Legislação em Comunicação no Centro Universitário de Araraquara. Centro Universitário de Araraquara (Uniara)

forma específica de comportamento humano”. Argumenta o autor que ética é a teoria que propõe investigar ou explicar uma forma de comportamento humano, o da moral, levando em conta sua totalidade e variedade, ou seja, em qualquer momento ou lugar, em diferentes formações socioculturais, em diferentes campos da atividade humana.

Na concepção de Sánchez Vázquez (2011) a função da ética é a de toda a ciência: explicar, esclarecer, investigar determinada realidade, elaborando os conceitos correspondentes. A reflexão, no entanto, não deve se afastar da realidade, perder de vista o contexto em que ocorre o fato moral. Considera, ainda, que a ética enquanto ciência não é uma disciplina normativa pragmática, que se ocupa de elaborar normas de comportamento para cada tipo de ação do homem. Para o autor o valor da ética não está na recomendação de comportamento, em indicar a forma ideal de comportamento para cada ação do homem, mas sim no que se explica, na explicação da razão de ser de cada comportamento. O mundo moral, nessa perspectiva, é o objeto de estudo da ética.

A conduta do sujeito na atividade profissional não está dissociada dos princípios que norteiam o comportamento moral do sujeito em sociedade. Também não se podem dissociar os princípios morais de uma categoria profissional de um dado contexto histórico-cultural em que foram instituídos, pois as escolhas bem como forma de expressão do homem, sua relação com o outro, seja interpessoal ou mediada por tecnologia, está inserida em um determinado contexto sociocultural. A cultura “organiza e é organizada por meio da linguagem e se constitui no capital cognitivo dos seres sociais formado pela aquisição de conhecimentos e aptidões, mas também nutrido pelas crenças míticas dos indivíduos em sociedade”, afirma Silva (2003, p.150).

Para Sung e Silva, cultura significa tudo aquilo que decorre da atividade humana, “sejam materiais ou espirituais. Tais como instrumentos para produzir sua sobrevivência na relação com a natureza linguagem para comunicar e guardar a memória coletiva, leis e normas para regular a convivência e religião, pra dar sentido ao mundo, à existência e à morte” (1995 p. 26-27). Para os autores, a cultura constitui uma “segunda natureza” que propicia suprir nos seres humanos a existência de instintos biologicamente determinados como ocorre como outros seres vivos.

Assim, ética propõe compreender e explicar o comportamento moral cotidiano seja na profissão ou em outras áreas de atuação do homem em um determinado contexto.

Nessa perspectiva os códigos de ética profissionais consistem em um conjunto de

regras elaborado pelas instituições que representam a categoria, ou seja, são princípios autoaplicáveis no campo interno das profissões com o propósito de garantir o compromisso do profissional em relação à sociedade e em relação à própria profissão.

Na produção jornalística esses princípios devem nortear o profissional que convive com dilemas permanentes que impõem o questionamento sobre: tal fato é de interesse público? Que destaque deve ser dado a determinado fato? Pode-se ou não dar credibilidade às fontes? Deve-se ou não buscar mais informações ou provas para respaldar a divulgação um acontecimento? Deve-se ou não admitir que cometeu um equívoco? Como corrigir um equívoco? etc.

Nesse sentido, o objetivo desta proposta é refletir sobre alguns dilemas éticos referentes ao trabalho do jornalista. Nesta proposta a abordagem retoma a problemas relativos às questões morais no contexto da atividade do jornalista, o que permite questionar algumas peculiaridades que implicam no trabalho do profissional da área, em suas escolhas, nas suas decisões e ações, bem como chamar a atenção para algumas práticas tidas polêmicas, do ponto de vista moral, nesse campo de atuação profissional.

A apuração jornalística

A partir de uma leitura do romance de Balzac “Ilusões perdidas”, Wisnik (1992) faz uma reflexão sobre a proximidade da ficção e do jornalismo ao afirmar que “é possível produzir e validar qualquer fantasia, uma vez que o contexto de representação pode torná-la verossímil e crível mesmo para quem conheça o referente do qual se partiu” (p. 335).

A representação jornalística, nessa perspectiva, se dá em um novo contexto que é o espaço do jornal – ou em outro suporte qualquer –, a partir de fatos extraídos de seu contexto original e nesse sentido, como a “literatura e o ensaio o são de outro modo bricolagem, isto construção de uma estrutura significativa com materiais feitos originalmente para outros fins” (WISNIK, 1992, p.335).

Dessa forma, não só quando uma informação é construída com dados forjados, mas também de elementos verídicos, existe nela “uma tendência ficcional embutida nos procedimentos de recorte e montagem” e nesse sentido pelos elementos investidos na produção de um sentido, a versão acaba prevalecendo sobre o próprio fato. Esse processo de transposição do fato do seu contexto original para o novo lugar em que se apresenta como informação é um “campo que permite uma margem grande e ao mesmo tempo sutil de

manobras” (WISNIK, 1992, p.335) e é onde se inscreve a questão da ética jornalística.

Pode-se afirmar, no entanto, que a questão moral no jornalismo incide nas escolhas que são feitas ainda no momento em que se decide sobre o que deve ser objeto de apuração, no momento de decisão sobre quais assuntos devem ser apurados no dia, quem deve ser entrevistados, enfim, na definição de pauta.

O processo de representação permite ao profissional, a partir de dados levantados para tal fim, sustentar a versão que pretende de um determinado fato que, intencionalmente ou não pode se constituir em equívocos, com danos às pessoas ou a instituições, em muitos casos irreversíveis.

Não se pode ignorar que a produção de sentido também se dá no processo de recepção, no entanto, quando há pouca informação sobre algum fato, a tendência é dar crédito àquilo que é veiculado pela imprensa ou ao que ela busca fazer acreditar. Podem-se elencar aqui diversos aspectos capazes de nos conduzir a diferentes lugares do processo de produção jornalística e partir daí apontar a possibilidade de equívocos por parte do profissional, no entanto, vamos priorizar algumas questões recorrentes sobre o tema.

A apuração é um desses lugares que merece destaque. A falta de zelo na apuração pode gerar equívocos ou transgressões aos valores éticos da atividade, mesmo que o profissional seja bem intencionado, ou seja, simplesmente por não se atentar às exigências técnicas. A falta de competência profissional, ou seja, de domínio de técnicas elementares, pode resultar em sérios desvios éticos.

O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (2007) recomenda no seu Art. 12, nos inciso I e II que o jornalista deve:

- I - ressalvadas as especificidades da assessoria de imprensa, ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, o maior número de pessoas e instituições envolvidas em uma cobertura jornalística, principalmente aquelas que são objetos de acusações não suficientemente demonstradas ou verificadas;
- II - buscar provas que fundamentem as informações de interesse público;

O profissional responsável, comprometido com os imperativos morais da atividade deve buscar permanentemente se aproximar da verdade dos fatos, ouvindo diversas “verdades”, que podem significar diferentes mentiras, e buscar a “verdade” contida nas diferentes versões dos fatos, com base em provas consistentes.

No entanto, sabe-se que a “pressão sobre a velocidade de produção e a adoção de técnicas cunhadas na experiência prática com reduzida reflexão e sistematização, fazer

reportagem assumiu um caráter de baixo rigor e precisão na construção de um fato” (FRANCISCATO, 2006).

A carência de rigor técnico compromete a ética profissional e repercute de forma negativa até mesmo na vida de um profissional que pode ter a carreira marcada pela cobertura desastrosa de um fato. O caso *Escola Base*, é emblemático quando se fala em ética no jornalismo, é um dos diversos exemplos muitos conhecidos na área.

É possível citar vários deles, mas vamos nos restringir a mais um nesse momento. Em 18 de maio de 1999, o plantão da Rede Globo deu a informação em edição extraordinária de que João Carlos de Oliveira, o João do Pulo, ex-recordista mundial de salto triplo havia morrido. Ele estava internado há mais de uma semana em um hospital em São Paulo com hepatite C, broncopneumonia e cirrose. Pouco tempo depois, no *Jornal Hoje*, a emissora se desculpou pelo equívoco, João do Pulo estava vivo. Um dia depois, o então diretor de jornalismo em São Paulo, que se encontrava interinamente no cargo, foi demitido por Evandro Carlos de Andrade, por considerar a gafe imperdoável. Em 20 de maio, a Folha de S. Paulo publicou matéria assinada por Francisco Martins da Costa intitulada “Globo ‘mata’ João do Pulo e demite jornalista” (COSTA, 1999, p.4-4).

A veracidade de um acontecimento como este seria de fácil constatação, no entanto, provavelmente a ansiedade pelo furo de reportagem induziu ao erro, o que pode comprometer a credibilidade do veículo, bem como, do profissional responsável pelo equívoco.

Em outros casos, a apuração constitui-se em um engodo que serve para dar sustentação a uma versão do fato já preestabelecida. Nesse sentido, Di Franco (2004) argumenta que a apuração

de faz-de-conta representa uma das maiores agressões à imprensa de qualidade. Matérias previamente decididas em guetos engajados buscam a cumplicidade da imparcialidade aparente. Analisemos a metodologia do antijornalismo. Tudo começa pela incapacidade de ouvir. Para certos repórteres dominados pelo vírus opinativo, o que menos importa é a declaração do entrevistado. A decisão de ouvir o outro lado não se apóia na busca da verdade. É um artifício que transmite uma aparência de isenção, uma ficção de neutralidade. O assalto à verdade culmina com uma estratégia exemplar: a repercussão seletiva. Personalidades entrevistadas em ritmo de Samba de uma Nota Só avalizam a "seriedade" da reportagem (DI FRANCO, 2004).

O advento da internet propiciou uma infinidade de fontes de pesquisas sobre os mais diferentes assuntos, e é importante que o profissional bem intencionado esteja preparado para fazer o discernimento do que é mais confiável. Em princípio nenhuma fonte deve gozar de total credibilidade. O jornalista tem a prerrogativa de indicar a fonte – pelo menos na maior

parte dos casos – de onde conseguiu uma informação e, com isso, a responsabilidade pela versão apresentada pode recair sobre a fonte, pelo menos em última instância. Quando a fonte não é confiável é necessário aperfeiçoar a investigação, conforme sugerem as técnicas do bom jornalismo.

Edição e manipulação

Para Eugênio Bucci (2000a), é necessário no momento da edição dar peso equilibrado aos aspectos que compõem a história. É preciso que a informação reflita cada aspecto que faz parte de um fato e que permita que o leitor, o internauta, o telespectador ou o ouvinte forme uma idéia equilibrada sobre o que está sendo relatado. Para o autor, a manipulação – um desvio ético flagrante – geralmente acontece na edição, apesar de que a má fé, como já foi dito, pode ocorrer também na apuração. Na edição pode ocorrer uma manchete distorcida e maldosa, uma foto elaborada de forma a desfavorecer determinada personagem, a omissão de dados ou detalhes que podem ser relevante para a compreensão de um fato com o propósito de obter alguma vantagem, seja política ou econômica.

Em uma reflexão sobre a edição no telejornalismo, o que pode ser estendido para outros meios, Marcondes Filho (1988), argumenta que o editor decide o enfoque a ser dado à notícia, o tempo (ou o espaço) utilizado para sua difusão, a manchete que utilizará. A definição política do fato e a forma que o mesmo deverá repercutir na sociedade estão em suas mãos. Para o autor, o editor pode

aumentar, reduzir ou simplesmente suprimir os fatos. Ele traduz e transforma a realidade social segundo os interesses da empresa e, normalmente segundo suas posições políticas e ideológicas. Ao editor cabe enfim a tarefa de trabalhar a opinião pública e modelá-la segundo suas intenções ou a de seus chefes (MARCONDES FILHO, 1988, p. 56).

Acrescenta Marcondes Filho (1988), que a função do noticiário, nesta perspectiva, não é noticiar ou divulgar fatos de interesse da sociedade, mas sim de ampliá-los, comprimi-los ou molda-los, reproduzindo, enfim, acontecimentos sociais e políticos de acordo com critérios particulares e ideológicos de jornalistas, patrocinadores e proprietários. Significa, em muitos casos, criar uma história com tantas mutilações que muito se distancia do mundo real, da realidade de um acontecimento. Cria uma segunda natureza imposta a milhões de pessoas como se fosse essa a verdade e não a do mundo real. Com isso, a imagem que a opinião

pública forma de sua cultura, de seu país é “fortemente influenciada e, em alguns casos extremos, completamente forjada por essas informações inexatas, tendenciosas e deturpadas” (MARCONDES FILHO, 1988, p.56).

Mesmo que a imparcialidade seja considerada uma “ilusão”, como admite Dimenstein, pela impossibilidade da informação isenta, de uma verdade dogmática e por ser o homem essencialmente subjetivo, em razão de ser “resultado de sua formação, de seu tempo, de sua família, de suas experiências, crenças, religião, dos conceitos e preconceitos de seu tempo, dos livros que leu, dos filmes que assistiu” (DIMENSTEIN, 1995, p.1-2), o profissional deve comportar-se como se não “fosse uma ilusão” – tê-la como meta a ser perseguida permanentemente – e se esforçar, em todas as instâncias para preservar, o que se pode dizer aqui a verdade possível e essencial do fato.

Em casos em que a intencionalidade da manipulação fica evidente, o desvio ético pode resultar em razoáveis indenizações decorrentes de decisões judiciais. Em 2001, por exemplo, o jornal Zero Hora (Porto Alegre - RS) firmou um acordo que determinou o pagamento de uma indenização ao ex-senador José Paulo Bisol de R\$ 1.191 milhões, o que foi confirmado pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça). O acordo foi firmado para evitar que a condenação fosse executada em decorrência do processo em andamento, justificativa dada pelo então gerente jurídico de mídia impressa do grupo que publica o jornal, Gerson Borges. (JORNAL, 2001)

A indenização decorreu de uma ação por *danos morais* movida pelo então senador, como reação a uma série de reportagens publicada em 1994 (num total de 58), quando era candidato a vice-presidente da república na chapa encabeçada por Luiz Inácio Lula da Silva. Nas publicações era acusado de manipular verbas do orçamento, superfaturar emendas para obras que beneficiavam a fazenda dele próprio, por aposentadoria precoce na atividade de desembargador, por prática de nepotismo, entre outras. Na ação movida pelo senador ele sustentou que as reportagens causaram prejuízos *irreparáveis* a sua imagem.

Com as denúncias, Bisol foi substituído por Aloízio Mercadante na Chapa de Lula, no entanto, as informações contidas nas matérias nunca foram confirmadas pelo jornal. Neste caso, pode se afirmar que, se não houve apuração não foi porque não houve tempo e nem pela preocupação em um furo de reportagem. Ocorreu um esforço considerável dos editores em sustentar uma versão por longo prazo e em quase seis dezenas de matérias. Fica evidente a intencionalidade do veículo com o propósito de modelar a realidade segundo seus próprios interesses, com menosprezo à opinião pública e à própria instituição jornalismo, neste caso

por ignorar as técnicas e as regras morais básicas contidas no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.

Jornalismo *online* e a ética

A internet propiciou, segundo Kucinski (2005), um novo lugar de comunicação que é ao mesmo tempo pessoal e público. Apesar de manter uma distinção entre conteúdos de interesse privado e de interesse público e transformar, com frequência, a comunicação pessoal em comunicação social, extrapola a demarcação entre os espaços públicos e privados. Também há um rompimento com a demarcação entre informação e mercado, pois em um mesmo *site* que informa sobre uma mercadoria permite que se efetive uma transação comercial. Além disso, com a facilidade da prática de copiar rompe com o conceito de direito autoral e da própria autoria. No plano moral, ampliam os dilemas pré-existentes no jornalismo.

Por outro lado, argumenta Kucinski (2005), a revolução da informática e da microeletrônica propiciou o baixíssimo custo e facilidades na produção da comunicação o que rompe com cinco séculos de contínua concentração de capital na indústria da comunicação. Significa uma forma discreta de decretar a morte das grandes redações, fábricas de notícias.

Os grandes jornalistas passam a trabalhar em suas casas, e qualquer um pode produzir o seu jornal, seu boletim, sua revista. Pode tirar um número pequeno de cópias impressas e disseminá-los pela *www*. Pode produzir para as diversas publicações a partir de suas casas. É a comunicação libertária. Nesse sentido a internet pode ser o começo de toda uma nova era do capitalismo, que se caracteriza como já se nota em outras áreas, pela fragmentação e pela autonomia do indivíduo (KUCINSKI, 2005, p. 79).

Christofoletti (2008) acredita que, com o advento das redes telemáticas propiciando o desenvolvimento do jornalismo em outras plataformas, as rotinas produtivas foram afetadas por mudanças drásticas, o que gerou sensível alteração no perfil dos profissionais que atuam na área com o aparecimento de novos desafios na prática cotidiana de se produzir e distribuir notícias. Fatores como os bancos de dados descentralizados, a velocidade preponderando sobre a correção e a precisão, a maior interatividade propiciada pelos novos mecanismos para esse fim, a convergência das mídias, entre outros, impõem a retomada novas e velhas preocupações com a ética.

Nessa direção o autor levanta algumas questões:

Como lidar com as fontes de informação em situações não presenciais, quase sempre mediadas ou assistidas por computador? Como desviar-se do anonimato e da falsa identidade de algumas fontes? De que forma devem ser compreendidas e encaradas a privacidade, a verificação das informações e a confiabilidade dos dados obtidos? Existe uma ética específica para jornalistas que trabalham em blogs e portais? (CHRISTOFOLETTI, 2008, p.199).

Christofoletti (2008) afirma que estas questões ao invés de serem respondidas acabam suscitando outras. No entanto, ao invocar as autoras Cecília Friend e Jane B. Singer do livro *Online journalism ethics: traditions and transitions*, editado em 2007 (pela M.E.Sharpe), o autor afirma algumas repostas não podem descartar o desenvolvimento da internet, especialmente no que tange a evolução das narrativas em múltiplas plataforma, no entanto, admite que as respostas incidem mais na dimensão ética da atividade; situa-se mais em *como fazem e porque fazem* do que sobre o que os jornalistas fazem.

Nesse universo cada vez mais inundado de informações, Christofoletti argumenta que jornalista serão muito requisitados mas “sua permanência no cenário depende do quão serão confiáveis as informações que oferecerem aos públicos. Isso não é bem uma novidade para o jornalismo, e pelo jeito ainda causará muita insônia nos próximos anos” (2008, p.201).

Nessa perspectiva, pode-se admitir que a prática do jornalismo *Online* não impõe alteração nas regras éticas básicas no exercício jornalismo, ou seja, os valores morais do jornalismo não podem ser vinculado ao suporte utilizado para veiculação da informação, mas sim à postura moral de quem faz, a intencionalidade, a falta de domínio técnico, etc.. A internet propiciou avanços significativos no que diz respeito à democratização da informação, na desconcentração da propriedade, dificultou o controle da informação o que tem instigado o repensar de práticas não tão explícitas dos meios tradicionais, em muitos casos, poucos democráticos.

Quando aos valores morais, não podemos perder de vista o seu caráter histórico-social, ou seja, as necessidades histórico-sociais que os condicionam, como afirma Vázquez (2011). Isso significa que sentido de valor moral positivo do jornalismo tende a adaptar-se às condições históricas em que é produzido, como já foi dito aqui em outro momento, o que inclui domínio das habilidades técnicas de produção da informação em cada contexto, pois o resultado final está vinculado ao procedimento.

Assessoria de imprensa e Jornalismo: dilemas éticos

Para Bucci (2000b) a disposição do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros em manter no mesmo sindicato interesses dos Assessores de Imprensa e Jornalistas, acarreta “erros de origem”. Considera que há um conflito de interesses e que deveria ser objeto de debates tanto por parte dos profissionais quanto por parte das empresas e da sociedade.

Bucci (2009, p. 91) argumenta que o referido Código abriga um conflito de interesses ao conciliar funções “legítimas, dignas, justas e éticas, necessárias a informação da sociedade brasileira, mas que não constituem o mesmo ofício”. Para o autor as duas atividades são profissões diferentes e não podem ser regidas por um único Código de Ética. Deveriam ter códigos de ética diferentes como ocorre em outros países.

O motivo de sua discordância repousa especialmente no seu artigo 7º inciso VI, do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, aprovado Congresso Nacional Extraordinário dos Jornalistas, realizado de 03 a 05 de agosto de 2007, em Vitória- ES, que diz:

O jornalista não pode: realizar cobertura jornalística para o meio de comunicação em que trabalha sobre organizações públicas, privadas ou não governamentais, da qual seja assessor, empregado, prestador de serviço ou proprietário, nem utilizar o referido veículo para defender os interesses dessas instituições ou de autoridades a elas relacionadas.

Dessa forma, acredita Bucci (2009), o Código não só permite como consagra o acúmulo dessas duas funções, nitidamente conflitantes, pois o assessor se esforça, o que é considerado legítimo, veicular mensagens que são de interesse do assessorado, o que é um ofício digno, mas não é jornalismo.

Nesse sentido, a atividade assessoria de imprensa está, de certa forma, imbuída do espírito de Relações Públicas que têm como objeto essencial de trabalho a gestão da comunicação organizacional. O profissional de Relações Públicas

é capacitado para orientar a alta direção da empresa na formulação das políticas e estratégias de comunicação organizacional com o objetivo de criar e manter o conceito positivo da marca da organização, formando uma opinião pública favorável e alcançando a boa vontade de seus públicos em relação aos seus negócios (CONRERP, 2013).

O código de Ética dos Profissionais de Relações Públicas em vigor desde 14 de dezembro de 1987, com alterações introduzidas pelo art. 108 da RN 49/03 de 22 de março de 2003, prevê no seu artigo 24, que

O profissional de Relações Públicas guardará sigilo das ações que lhe forem confiadas em razão de seu ofício e não poderá ser obrigado à revelação de seus

assuntos que possam ser lesivos a seus clientes, empregadores ou ferir a sua lealdade para com eles em funções que venham a exercer posteriormente.

Essa exigência pode ser incompatível com o ofício do Jornalista, mas pode se dizer que é compatível com a atividade do assessor de imprensa, pois este, da mesma forma que o profissional de Relações Públicas, corrobora no sentido de criar um clima positivo em relação ao seu empregador e isso está acima de seu compromisso fundamental “com a verdade no relato dos fatos”.

Considerações Finais

O jornalismo é uma atividade cujo resultado do trabalho pode ter uma enorme visibilidade, portanto um ato irresponsável pode promover danos morais e materiais de difícil reparação a uma pessoa, a uma instituição. Daí, a responsabilidade do profissional em fazer de forma competente suas escolhas, em buscar o que se pode chamar de práticas do jornalismo responsável, que procura permanentemente se aproximar da verdade dos fatos.

No entanto, profissionais despreparados, descomprometidos com a ética profissional e mal intencionados com frequência abusam do direito à liberdade de informação jornalística e das prerrogativas que a legislação lhes conferem e acabam desviando, de variadas formas, a verdade dos fatos atingindo, com isso, a dignidade e a honra de pessoas, a imagem de instituições, etc.

Os valores éticos do jornalismo não podem ser vinculados ao suporte utilizado para a veiculação da informação, mas sim à postura de quem faz. A internet, por exemplo, propiciou avanços significativos no que diz respeito à democratização da informação e no seu controle, o que tem instigado o repensar de práticas não tão explícitas dos meios de comunicação tradicionais, em muitos casos, poucos democráticos.

Objetivamente pode-se falar em ética no jornalista a consideração na prática dos princípios expressos no próprio Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, quando este cobra apuração competente, desprezo à espetacularização dos fatos, a prática de ouvir as partes envolvidas nos fatos e procurar abstrair daí “verdades” que podem não ser expressas em nenhuma das versões, comprometer-se com a imparcialidade, não tirar vantagens econômicas no exercício da profissão entre outros.

Referências Bibliográficas

- BUCCI, Eugênio. **A imprensa e o dever da liberdade**. São Paulo: Contexto, 2009.
- _____. A armadilha do consenso. Entrevista a Luiz Egypto, **Observatório da Imprensa**, São Paulo, 2000a.
- _____. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000b.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério. Preocupações éticas para o jornalismo online. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Ano V, n. 1, p. 199 - 201 jan./ jun. 2008.
- CÓDIGO de Ética dos Jornalistas Brasileiros. **FENAJ**, 2007. Disponível em: http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf . Acesso em: 2 abr. 2013.
- CÓDIGO de Ética dos Profissionais de Relações Públicas **CONRERP**. Disponível em: <<http://www.conrerp2.org.br/index.php?pagina=codigo-de-etica>>. Acesso em 7 abr. 2013.
- COSTA, Francisco Martins da. “Globo ‘mata’ João do Pulo e demite jornalista”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 maio, 1999, p.4-4.
- DI FRANCO, Carlos Alberto. Jornalismo em ano eleitoral. **O Estado de S. Paulo**, 7 junho 2004. Disponível em http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/leandro_konder. Acesso em: 27 mar. 2013.
- DIMENSTEIN Gilberto. Imparcialidade é ilusão? **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 junho 1995, p. 1-2.
- DUPAS, Gilberto. Ética e poder na sociedade da informação. São Paulo: Unesp, 2000.
- FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **Jornalismo, ciência e senso comum**: Contribuições do método científico para a reportagem jornalística. 2006. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Estudos de Jornalismo”, do XV Encontro da Compós, Bauru, 2006.
- JORNAL pagará mais de R\$1 mi a ex- senador. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 fev. 2001, p. A8.
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo na era virtual**: ensaios sobre o colapso da razão ética. São Paulo: Unesp, 2005.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.
- O QUE são Relações Públicas. **CONRERP** – Conselho Regional dos profissionais de Relações Públicas SP/PR. Disponível em: <<http://www.conrerp2.org.br/index.php?pagina=o-que-sao-relacoes-publicas>> Acesso em: 2 abr. 2013.
- PLAISANCE, Patrick Lee. **Ética na comunicação**: princípios para uma prática responsável. Porto Alegre: Penso, 2011.
- SANCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Ética**. 32 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- SILVA, Josimey Costa da. A ética na comunicação, a conveniência e os inutilidades. **Margem**. São Paulo, n. 17, p. 147-162, Jun. 2003.
- SUNG, Jung Mo, SILVA, José Candido da. **Conversando sobre ética e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- WISNIK, José Miguel. Ilusões Perdidas In: NOVAES, Adauto. **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Ethical dilemmas in the news production process

Abstract: Ethics understood as a science of moral allows us to reflect about the human behaviour in any time and place. This text proposes a reflection about the moral actions in the field of the journalistic activity. Raise a question some recurring ethical dilemmas in the news production process, retakes some polemic themes and striking cases on the recent history of brazilian journalism.

Keywords: ethics and media, ethics, journalistic production.

Dilemas éticos en el proceso de producción de noticias

Resumen: La ética entendida como una ciencia de la moral, nos permite reflexionar sobre el comportamiento humano, en cualquier momento y lugar. Este texto propone una reflexión sobre las acciones morales en el campo del periodismo. Plantea algunos dilemas éticos recurrentes en el proceso de producción de noticias toma algunos temas polémicos y casos emblemáticos en la historia reciente del periodismo brasileño.

Palabras clave: ética y los medios de comunicación, ética, producción periodística.

Recebido: 15.12.2015

Aceito: 06.07.2016